

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19, impactando diretamente o mercado livre. Excluindo as novas migrações, o consumo de energia elétrica nesse ambiente reduziu drasticamente no segundo trimestre (-15,1%), retomando ao patamar de janeiro apenas em setembro (~17,7 GW/médios).

Em compensação à redução do consumo, as migrações de clientes cativos para o mercado livre atingiram a marca de 4.553 Unidades Consumidoras, representando um consumo de ~1 GW/médio (dados da CCEE, até novembro de 2020). Os principais setores que fizeram o movimento de migração foram: comércio atacado e varejo, serviços e alimentos.

Apesar desse momento atípico, o mercado livre representou 30% de todo o consumo de energia do Brasil.

Com base em seu histórico de sucesso e no compromisso com a satisfação plena das exigências de seus clientes, a expectativa é de que a Companhia se mantenha em posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbação de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia

de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

3. Desempenho operacional

Vendas de energia:

Em 2020, as vendas de energia para clientes livres e por meio de negociações bilaterais foi de 15.880 GWh, o que representa uma queda de 16,8% (3.217 GWh) em relação a 2019. Isso se deve principalmente à redução de consumo dos clientes livres, pois assim como no mercado, os contratos da carteira da CPFL Brasil tiveram sua performance influenciada negativamente pelo cenário da Covid-19.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: A receita operacional bruta foi de R\$ 3.397 milhões em 2020, representando uma queda de 14,1% (R\$ 556 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 420 milhões em 2020, representando uma redução de 10,2% (R\$ 48 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.977 milhões em 2020, representando uma redução de 14,6% (R\$ 509 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 128 milhões em 2020, representando uma queda de 21,9% (R\$ 36 milhões), devido à: (i) redução de 14,6% (R\$ 509 milhões) na receita líquida, e (ii) aumento de 2,2% (R\$ 1 milhão) nos custos e despesas operacionais. Este resultado foi parcialmente compensado (i) pela redução de 14,0% (R\$ 467

milhões) nos custos com energia elétrica e encargos, e (ii) pelo aumento de 9,9% (R\$ 7 milhões) na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2020	2019
Lucro Líquido	133.423	109.090
Depreciação e Amortização	3.475	7.046
Amortização Mais Valia de Ativos	3.918	3.473
Resultado Financeiro	(44.064)	22.862
Contribuição Social	8.334	5.703
Imposto de Renda	23.155	15.961
EBITDA	128.240	164.135

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 133 milhões em 2020, representando um aumento de 22,3% (R\$ 24 milhões), devido à: (i) variação de R\$ 67 milhões no resultado financeiro (passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 23 milhões para uma receita financeira líquida de R\$ 44 milhões), e (ii) redução de 50,7% (R\$ 4 milhões) nas depreciações e amortizações. Este resultado foi parcialmente compensado (i) pela redução de 21,9% (R\$ 36 milhões) no EBITDA, e (ii) pelo aumento de 45,4% (R\$ 10 milhões) no Imposto de Renda e Contribuição Social.

Endividamento: no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 778 milhões, um aumento de 5,6%.

5. Investimentos

Em 2020, foram investidos R\$ 5 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.



Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, a KPMG prestou serviços de asseguarção de covenants e revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF).

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	170.956	133.714	174.738	137.203
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	320.418	350.757	320.823	351.710
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10	18.337	392	17.946	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	6.637	13.742	6.677	13.937
Outros tributos a compensar	7	6.766	3.730	6.766	3.832
Derivativos	26	-	107.916	-	107.916
Outros ativos	9	1.835	1.545	3.216	2.912
Total do circulante		524.949	611.795	530.166	617.508
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	334.019	305.900	337.216	307.819
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	24	4.165	3.846	-	-
Depósitos judiciais	18	585	531	585	531
Outros tributos a compensar	7	1.270	1.471	1.281	1.485
Derivativos	26	23.906	-	23.906	-
Créditos fiscais diferidos	8	-	-	732	775
Outros créditos	9	24	33	24	33
Investimentos	10	406.159	453.544	401.129	449.601
Imobilizado	11	2.559	4.569	2.559	4.569
Intangível	12	14.807	12.657	15.253	12.794
Total do não circulante		787.494	782.550	782.684	777.607
Total do ativo		1.312.443	1.394.345	1.312.850	1.395.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	13	251.245	285.473	251.594	286.187
Empréstimos e financiamentos	14	966	511.746	966	511.746
Debêntures	15	1.986	113.085	1.986	113.085
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	2.883	-	2.887	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	9.394	10.848	9.398	10.853
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	24	451.124	-	451.124	-
Dividendo e juros sobre capital próprio	24.2	1.315	1.200	1.315	1.200
Obrigações estimadas com pessoal		2.507	2.090	2.507	2.090
Outras contas a pagar	17	16.691	20.872	16.741	20.923
Total do circulante		738.112	945.313	738.519	946.083
Não circulante					
Fornecedores	13	131.127	107.491	131.127	107.491
Empréstimos e financiamentos	14	128.357	-	128.357	-
Debêntures	15	219.784	219.784	219.784	219.784
Débitos fiscais diferidos	8	452	30.995	452	30.995
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	31	376	31	376
Outras contas a pagar	17	4.711	3.735	4.711	3.735
Total do não circulante		484.461	362.380	484.461	362.380
Patrimônio líquido					
	19				
Capital social		3.000	3.000	3.000	3.000
Reserva de lucros		5.980	35.681	5.980	35.681
Dividendo		87.876	53.397	87.876	53.397
Resultado abrangente acumulado		(6.986)	(5.426)	(6.986)	(5.426)
Total do patrimônio líquido		89.871	86.651	89.871	86.651
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.312.443	1.394.345	1.312.850	1.395.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	20	2.974.032	3.476.986	2.976.971	3.485.784
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	21	(2.875.101)	(3.335.538)	(2.875.488)	(3.342.502)
Custo com operação		(15.926)	(15.478)	(15.930)	(15.483)
Depreciação e amortização		(185)	(160)	(189)	(164)
Outros custos com operação	22	(15.741)	(15.318)	(15.741)	(15.319)
Lucro operacional bruto		83.005	125.970	85.553	127.799
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(2.599)	(838)	(2.599)	(864)
Depreciação e amortização		(7)	(37)	(7)	(37)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(2.581)	(1.033)	(2.581)	(1.059)
Outras despesas com vendas	22	(11)	232	(11)	232
Despesas gerais e administrativas		(32.338)	(35.813)	(32.683)	(37.261)
Depreciação e amortização		(3.592)	(6.078)	(3.279)	(6.845)
Outras despesas gerais e administrativas	22	(28.746)	(29.735)	(29.404)	(30.416)
Outras despesas operacionais		(1.555)	(1.684)	(1.567)	(1.695)
Outras despesas operacionais	22	(1.555)	(1.684)	(1.567)	(1.695)
Resultado do serviço		46.512	87.635	48.704	87.979
Resultado de participações societárias	10	74.131	66.016	72.144	65.637
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	67.151	33.206	67.701	33.281
Despesas financeiras	23	(23.633)	(56.075)	(23.637)	(56.142)
		43.517	(22.869)	44.064	(22.862)
Lucro antes dos tributos		164.160	130.781	164.913	130.754
Contribuição social	8	(8.129)	(5.701)	(8.334)	(5.703)
Imposto de renda	8	(22.608)	(15.990)	(23.155)	(15.961)
		(30.737)	(21.691)	(31.489)	(21.664)
Lucro líquido do exercício		133.423	109.090	133.423	109.090
Lucro líquido básico e diluído - R\$		44,47	36,36	44,47	36,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	133.423	109.090	133.423	109.090
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(58)	(8.342)	(58)	(8.342)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.501)	(1.083)	(1.501)	(1.083)
Resultado abrangente do exercício	131.864	99.665	131.864	99.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019.
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros				Dividendo
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.000	(16.139)	600	21.519	59.701	-	3.999	-	72.680
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	109.090	109.090
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.083)	-	(1.083)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(8.342)	-	(8.342)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Reversão de reserva de capital por perda em investimento	-	16.139	-	(16.139)	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
JCP intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(3.693)	(3.693)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	53.397	-	(53.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.000	-	600	5.380	29.701	53.397	(5.426)	-	86.651
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	133.423	133.423
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.501)	-	(1.501)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(58)	-	(58)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	(29.701)	-	-	-	(29.701)
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(44.000)	(44.000)
Aprovação da proposta de JCP	-	-	-	-	-	-	-	(1.547)	(1.547)
Aprovação de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(53.397)	-	-	(53.397)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	87.876	-	(87.876)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.000	-	600	5.380	-	87.876	(6.986)	-	89.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os trimestres findos em 31 de dezembro 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos tributos	164.160	130.781	164.913	130.754
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3.783	6.275	3.474	7.045
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	168	1.425	168	1.425
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.581	1.033	2.582	1.060
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	19.032	51.616	19.186	51.770
Equivalência patrimonial	(74.131)	(66.016)	(72.144)	(65.637)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	61	70	61	70
	115.654	125.184	118.240	126.486
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(362)	(4.636)	(1.093)	(4.634)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	103.430	35.625	102.530	35.625
Tributos a compensar	4.289	(14)	4.548	189
Depósitos judiciais	(42)	46	(42)	46
Outros ativos operacionais	746	71.108	746	71.108
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(10.592)	27.080	(10.959)	27.072
Outros tributos e contribuições sociais	(3.025)	(5)	(3.045)	(50)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(481)	(8.083)	(481)	(8.083)
Outros passivos operacionais	(2.788)	6.842	(2.789)	6.841
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	206.829	253.147	207.654	254.601
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(30.211)	(33.196)	(30.210)	(33.196)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.666)	(18.915)	(58.371)	(19.127)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	118.952	201.036	119.073	202.278
Atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(276)	(1.949)	(276)	(1.949)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	-	(1.344)	(1.290)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	1.290	1.392
Adições de Intangível	(4.734)	(6.628)	(4.734)	(6.628)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(342)	(1.813)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	117	231	3	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(5.235)	(10.159)	(5.061)	(8.475)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	107.000	324.482	107.000	324.482
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(807.583)	(264.714)	(807.583)	(264.714)
Liquidação de operações com derivativos	305.908	(13.763)	305.908	(13.763)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(128.298)	(197.474)	(128.298)	(197.474)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	472.500	-	472.500	(2)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(26.003)	-	(26.004)	(2)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(76.476)	(151.469)	(76.477)	(151.473)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	37.242	39.408	37.536	42.329
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	133.714	94.306	137.202	94.874
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	170.956	133.714	174.738	137.202

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações do valor adicionado em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
1 - Receita	3.394.622	3.950.699	3.398.556	3.960.820
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.392.913	3.943.154	3.396.847	3.953.301
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	4.291	8.578	4.291	8.578
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.581)	(1.033)	(2.581)	(1.059)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.182.714)	(3.697.954)	(3.183.798)	(3.706.309)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.168.156)	(3.675.525)	(3.168.581)	(3.683.198)
2.2 Material	(329)	(749)	(329)	(749)
2.3 Serviços de terceiros	(10.685)	(17.416)	(11.331)	(18.067)
2.4 Outros	(3.544)	(4.264)	(3.556)	(4.294)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	211.908	252.745	214.759	254.511
4 - Retenções	(3.783)	(6.275)	(3.475)	(7.046)
4.1 Depreciação e amortização	(3.783)	(6.275)	(3.475)	(7.046)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	208.125	246.470	211.284	247.465
6 - Valor adicionado recebido em transferência	144.480	100.789	143.076	100.499
6.1 Receitas financeiras	70.350	34.773	70.932	34.862
6.2 Equivalência patrimonial	74.131	66.016	72.144	65.637
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	352.605	347.259	354.360	347.963
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	30.867	27.801	30.867	27.801
8.1.1 Remuneração direta	16.749	15.612	16.749	15.612
8.1.2 Benefícios	12.792	10.885	12.792	10.885
8.1.3 F.G.T.S	1.327	1.304	1.327	1.304
8.2 Impostos, taxas e contribuições	164.173	153.721	165.915	154.406
8.2.1 Federais	45.316	37.616	46.363	37.849
8.2.2 Estaduais	118.850	116.090	119.546	116.542
8.2.3 Municipais	6	15	6	15
8.3 Remuneração de capital de terceiros	24.142	56.647	24.156	56.666
8.3.1 Juros	23.619	56.054	23.621	56.062
8.3.2 Aluguéis	523	593	535	604
8.4 Remuneração de capital próprio	133.423	109.090	133.423	109.090
8.4.0 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	1.547	3.693	1.547	3.693
8.4.0 Dividendos (incluindo adicional proposto)	131.876	105.397	131.876	105.397
	352.605	347.259	354.360	347.963

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações nas seguintes empresas:

1.1 Controladas Operacionais

CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”)

Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (“CPFL Meridional”), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda (“CPFL Cone Sul”)

Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Córrea, 1632, Parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)

Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação.

CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”)

Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rua Jorge de Figueiredo Córrea, 1632, Setor Parte, Jardim Professora Tarcília – Campinas – SP, CEP 13087-397, sendo uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

1.2 Coligadas

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE”)

Com participação de 10,989% da Companhia, a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE SUL”), localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo - RS, sendo uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

1.3 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na PDD, nota explicativa 6.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado o capital circulante líquido negativo no montante de R\$213.163 e R\$ 208.353 (R\$ 333.519 e R\$ 328.575 em 2019), respectivamente.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil – (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 15 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento não faturado);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 9 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 11 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 15 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 26 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2021 descritas na nota explicativa 3.12.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos

e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 14.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões e *software*. O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas e coligada registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A coligada registra, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.11 Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Saldo e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de mensuração fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	2.523	1.325	3.374	2.479
Aplicações financeiras	168.432	132.390	171.364	134.724
Títulos de Créditos Privados (a)	168.432	132.390	171.364	134.724
Total	170.956	133.714	174.738	137.203

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 72.929 e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 95.503. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,67% do CDI (94,13% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total		Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
Circulante										
Faturado	191.078	3.835	4.267	199.181	186.224	192.892	3.835	4.267	200.994	187.839
Operações realizadas na CCEE	4.571	-	(0)	4.571	15.149	4.987	-	24	5.011	15.473
Concessionárias e permissionárias	120.357	824	10.459	131.640	161.776	118.514	824	10.490	129.828	160.826
	316.006	4.659	14.726	335.392	363.149	316.393	4.659	14.781	335.833	364.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(14.974)	(12.393)				(15.008)	(12.427)
Total				320.418	350.755				320.823	351.710
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	-	20.021	313.998	334.019	305.900	0	20.241	316.974	337.216	307.819
	-	20.021	313.998	334.019	305.900	0	20.241	316.974	337.216	307.819
Total				334.019	305.900				337.216	307.819

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2018	(11.368)
Provisão revertida (constituída) líquida	(1.059)
Saldo em 31/12/2019	(12.427)
Provisão revertida (constituída) líquida	(2.581)
Saldo em 31/12/2020	(15.008)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	1.633	-	1.655
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	4.551	-	4.615
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.637	7.557	6.677	7.667
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.637	13.742	6.677	13.937
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.027	2.205	5.026	2.208
Programa de integração social - PIS	319	281	319	300
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.418	1.242	1.419	1.323
Outros	1	1	1	1
Outros tributos a compensar	6.766	3.730	6.766	3.832
Total circulante	13.403	17.472	13.443	17.769
<u>Não circulante</u>				
ICMS a compensar	1.270	1.471	1.281	1.485
Total não circulante	1.270	1.471	1.281	1.485

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	190	202
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(136)	(8.221)	(133)	(8.218)
Subtotal	(136)	(8.221)	57	(8.017)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	531	563
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(315)	(22.774)	(308)	(22.767)
Subtotal	(315)	(22.774)	224	(22.204)
Total	(451)	(30.995)	281	(30.220)
Total crédito fiscal	-	-	732	775
Total débito fiscal	(451)	(30.995)	(451)	(30.995)

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3	9	34	95
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.350	3.752	1.118	3.105
Provisão relacionada a pessoal	480	1.334	520	1.444
Derivativos	(2.069)	(5.748)	(10.108)	(28.079)
Marcação a Mercado- Derivativos	(82)	(229)	396	1.101
Marcação a Mercado- Dívidas	(140)	(390)	(290)	(804)
Outros	325	964	305	909
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Marcação a Mercado- Derivativos OCI	-	-	(1)	(2)
Marcação a Mercado- Dívidas OCI	-	-	(193)	(536)
Total	(133)	(308)	(8.218)	(22.767)

8.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Consolidado
2021	4.082
2022	977
2023	973
2024	962
2025	959
2026 a 2028	983
2029 a 2031	2
Total	8.939

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	164.160	164.160	130.781	130.781
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(74.131)	(74.131)	(66.016)	(66.016)
Juros sobre o capital próprio	(1.547)	(1.547)	(3.693)	(3.693)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.838	1.950	2.275	2.888
Base de cálculo	90.320	90.432	63.347	63.960
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(8.129)	(22.608)	(5.701)	(15.990)
Corrente	(16.020)	(44.529)	(3.188)	(9.010)
Diferido	7.891	21.921	(2.513)	(6.980)
	(8.129)	(22.608)	(5.701)	(15.990)
	Consolidado			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	164.913	164.913	130.754	130.754
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(72.144)	(72.144)	(65.637)	(65.637)
Juros sobre o capital próprio	(1.547)	(1.547)	(3.693)	(3.693)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.886	1.902	2.275	2.792
Base de cálculo	93.108	93.124	63.699	64.216
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(8.380)	(23.281)	(5.733)	(16.054)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	46	126	30	93
Total	(8.334)	(23.155)	(5.703)	(15.961)
Corrente	(16.214)	(45.044)	(3.229)	(9.097)
Diferido	7.880	21.889	(2.474)	(6.864)
	(8.334)	(23.155)	(5.703)	(15.961)

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 29.769, referem-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 44) e (ii) diferenças temporárias (despesa de R\$ 29.725).

8.5 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as controladas da Companhia possuíam débitos de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 172 (créditos de R\$ 123 em 31 de dezembro de 2019). Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(9) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos - Fundação CESP	510	382	24	24	510	382	24	24
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	1.377	1.363	-	-
Despesas antecipadas	211	165	0	9	211	165	0	9
Adiantamentos a funcionários	247	172	-	-	247	172	-	-
Outros	867	826	-	-	871	830	-	-
Total	1.835	1.545	24	33	3.216	2.912	24	33

(10) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	391.247	434.715	386.278	430.832
Mais valia de ativos, líquidos	14.851	18.769	14.851	18.769
Ágio de rentabilidade futura	61	61	-	-
Total	406.159	453.544	401.129	449.601

10.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2020			31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Meridional (*)	600.000	100,000	281	206	(75)	206	281	(75)	(88)
CPFL Cone Sul	573.016	100,000	169	42	(128)	42	169	(128)	(98)
Sul Geradora	17.218.070	99,953	1.000	(293)	(138)	(292)	(154)	(138)	(110)
CPFL Varejista	4.010.000	100,000	3.565	5.014	2.328	5.014	3.586	2.328	676
RGE SUL	123.676	10,989	2.820.677	3.515.135	687.998	386.278	430.832	76.061	69.110
Subtotal						391.247	434.715	78.048	69.489
Mais valia de ativos, líquidos						-	-	(3.918)	(3.473)
Soma (Consolidado)						391.247	434.715	74.130	66.016

(*) Quantidade refere-se a quota.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 3.918 (R\$ 3.473 em 2019) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação do investimento para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

Investimento	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2020
CPFL Meridional	281	(75)	-	-	206
CPFL Cone Sul	169	(128)	-	-	42
CPFL Brasil Varejista	3.586	2.328	-	(900)	5.014
Sul Geradora Participações	(154)	(138)	-	-	(292)
RGE SUL	430.832	76.061	(140)	(120.475)	386.278
	434.714	78.048	(140)	(121.375)	391.247

Investimento	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2019
CPFL Meridional	131	(88)	-	-	-	281
CPFL Cone Sul	75	(98)	-	-	-	169
CPFL Brasil Varejista	1.603	676	-	-	-	3.586
Sul Geradora Participações	(44)	(110)	-	-	-	(154)
RGE SUL	405.750	69.110	(8.403)	(35.625)	-	430.832
	407.515	69.490	(8.403)	(35.625)	-	434.714

10.2 Dividendos a Receber

A companhia possui saldos de dividendos a receber de R\$ 18.337 (R\$ 392 em 31 de dezembro de 2019) com a coligada RGE Sul (R\$ 17.945) e controlada CPFL Brasil Varejista (R\$ 392).

(11) IMOBILIZADO

	Consolidado					Total
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2018	133	663	940	449	1.083	3.268
Custo histórico	144	4.129	3.647	5.333	1.083	14.337
Depreciação acumulada	(12)	(3.466)	(2.706)	(4.884)	-	(11.068)
Adições	-	-	-	-	1.949	1.949
Transferências	341	170	248	-	(758)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	(21)	-	-	-	(20)
Depreciação	(12)	(328)	(241)	(46)	-	(628)
Saldo em 31/12/2019	461	484	947	403	2.273	4.569
Custo histórico	485	4.279	3.895	5.333	2.273	16.265
Depreciação acumulada	(24)	(3.795)	(2.948)	(4.930)	-	(11.697)
Adições	-	-	-	-	287	287
Baixas	-	(818)	(1.961)	-	-	(2.780)
Transferências	-	1.891	170	-	(2.071)	(10)
Transferências de/para outros ativos - custo	-	(756)	-	-	-	(756)
Depreciação	(16)	(167)	(215)	(45)	-	(443)
Baixa da depreciação	-	-	1.692	-	-	1.692
Saldo em 31/12/2020	445	635	632	358	488	2.559
Custo histórico	485	4.597	2.104	5.333	488	13.007
Depreciação acumulada	(40)	(3.962)	(1.471)	(4.975)	-	(10.448)
Taxa média de depreciação 2020	3,33%	15,28%	17,80%	6,25%		
Taxa média de depreciação 2019	3,33%	15,46%	14,29%	6,25%		

11.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, não houve necessidade de teste de impairment.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(12) INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Ágio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	61	12.502	12.563
Custo histórico	98	35.524	35.622
Amortização acumulada	(37)	(23.022)	(23.059)
Adições	-	6.629	6.629
Amortização	-	(6.418)	(6.418)
Saldo em 31/12/2019	61	12.733	12.794
Custo histórico	98	42.173	42.271
Amortização acumulada	(37)	(29.439)	(29.476)
Adições	-	4.734	4.734
Amortização	-	(3.031)	(3.031)
Baixa e transferência - outros ativos	-	756	756
Saldo em 31/12/2020	61	15.192	15.253
Custo histórico	98	47.663	47.761
Amortização acumulada	(37)	(32.471)	(32.508)

12.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Encargos de serviço do sistema	-	-	257	66
Suprimento de energia elétrica	245.931	276.960	245.931	277.544
Materiais e serviços	5.315	8.513	5.406	8.577
Total	251.245	285.473	251.594	286.187
<u>Não circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	131.127	107.491	131.127	107.491
Total	131.127	107.491	131.127	107.491

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	517.108	107.000	(702.584)	15.011	211.491	(17.142)	130.884
Marcação a mercado	(5.362)			3.802			(1.560)
Total ao valor justo	511.746	107.000	(702.584)	18.813	211.491	(17.142)	129.324
Total	511.746	107.000	(702.584)	18.813	211.491	(17.142)	129.324
Circulante	(511.746)						(966)
Não Circulante	-						(128.357)
Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	601.901		(102.710)	13.816	19.599	(15.499)	517.108
Euro	47.174		(47.004)	62	(136)	(96)	-
Marcação a mercado	(19.653)	-	-	14.291	-	-	(5.362)
Total ao valor justo	629.423	-	(149.714)	28.169	19.463	(15.595)	511.746
Total	629.423	-	(149.714)	28.169	19.463	(15.595)	511.746
Circulante	153.070						511.746
Não Circulante	476.353						-

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2020	31/12/2019		
Mensuradas ao valor justo - moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 4,18%	130.884	517.108	2020 a 2023	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		130.884	517.108		
Marcação a mercado		(1.560)	(5.362)		
Total moeda estrangeira		129.324	511.746		
Total		129.324	511.746		

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que a depender das características das

dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2020 os ganhos acumulados não realizados, obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.560 (ganho de R\$ 5.362 em 31 de dezembro de 2019), que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 914 e deduzido a perda (R\$ 4.399 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 26), geraram um ganho total de R\$ 2.474 (líquido não realizado de R\$ 963 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2022	129.917
Subtotal	129.917
Marcação a mercado	(1.560)
Total	128.357

Principais adições no exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Total aprovado</u>	<u>Liberado em 2020</u>	<u>Liberado líquido dos gastos de captação</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Destinação dos recursos</u>	<u>Encargos Financeiro anual</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>
Moeda Estrangeira:								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	107.000	107.000	107.000	Semestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,83%	USD + 1,83%
	<u>107.000</u>	<u>107.000</u>	<u>107.000</u>					

Condições restritivas

Os empréstimos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	333.169	(105.000)	6.888	(13.070)	221.986
Gastos com emissão	(300)	-	84	-	(216)
Total	332.869	(105.000)	6.972	(13.070)	221.770
Circulante	113.085				1.986
Não Circulante	219.784				219.784

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	118.658	325.000	(115.000)	22.112	(17.601)	333.169
Gastos com emissão	(4.779)	(518)	-	4.997	-	(300)
Total	113.880	324.482	(115.000)	27.109	(17.601)	332.869
Circulante	928					113.085
Não Circulante	112.952					219.784

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2020	31/12/2019		
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	103,6% CDI	-	107.560	2020	Fiança da CPFL Energia
	108,25% CDI	221.986	225.609	2024	Fiança da CPFL Energia
	Gastos com emissão	(216)	(300)		
	Total Consolidado	221.770	332.869		

Taxa efetiva:

(a) 109,06% do CDI

Conforme segregado no quadro acima, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2023	109.790
2024	109.994
Total	219.784

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices são os seguintes: i) Dívida líquida dividida pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.883	-	2.887	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.883	-	2.887	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.374	8.688	8.374	8.688
Programa de integração social - PIS	-	234	-	234
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	1.104	-	1.104
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	232	212	232	212
Outros	787	610	792	615
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	9.394	10.848	9.398	10.853
Total Circulante	12.277	10.848	12.284	10.853

(17) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	(4)	3.504	-	-	(4)	3.504	-	-
Adiantamentos	8.702	9.256	389	27	8.752	9.306	390	27
Folha de pagamento	502	459	-	-	502	459	-	-
Participação nos lucros	6.833	6.911	1.452	1.201	6.833	6.911	1.452	1.201
Outros	658	743	2.869	2.507	657	743	2.870	2.507
Total	16.691	20.872	4.711	3.735	16.741	20.923	4.711	3.735

(18) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	7	88	354	86
Cíveis	19	1	19	1
Fiscais				
Outras	4	496	2	443
	4	496	2	443
Total	31	585	376	531

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	354	348	(228)	(475)	8	7
Cíveis	19	-	(2)	-	3	19
Fiscais	2	8	-	(6)	-	4
Total	376	356	(231)	(481)	11	31
Depósitos Judiciais	531	43	-	-	12	585

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**
Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.
- d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Trabalhistas	806	155	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.302	1.692	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	143.021	127.250	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 16)
Fiscais - outros	22.941	32.526	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	9.530	9.519	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	177.599	171.142	

Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração a Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 3.000.065 ações ordinárias, sem valor nominal.

19.1 Reserva de lucro Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Brasil permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,19 vezes o EBITDA em 2020 (3,67 vez em 2019), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

19.2 Reserva de lucros

O saldo de R\$ 5.980 compreende o saldo das reservas: i) reserva legal de R\$ 600 E ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380.

19.3 Distribuição de dividendo e juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGE de 30 de outubro de 2020, foi aprovado a distribuição de dividendos no montante de R\$ 73.701, sendo que deste montante, haviam sido alocados para reserva de lucros de reforço de capital de giro R\$ 29.701; e R\$ 44.000, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2020.

Na AGE de 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a declaração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.315, líquidos de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2020.

Em 2020 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 128.298.

19.4 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	133.423.214,48
Dividendos Intermediários	(44.000.000,00)
Juros sobre o capital próprio intermediários	(1.547.007,52)
Lucro líquido base para destinação	87.876.206,96
Dividendo adicional proposto	(87.876.206,96)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter atingido o limite estabelecido na legislação societária vigente.

19.5 Lucro por ação - básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	133.423	109.090
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	3.000.065	3.000.065
Lucro por ação - básico	44,47	36,36

Nos exercícios de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de operações com energia elétrica				
Venda de energia	3.392.706	3.942.606	3.396.640	3.952.752
Outras receitas e rendas	207	549	207	549
Total da receita operacional bruta	3.392.913	3.943.154	3.396.847	3.953.301
Deduções da receita operacional				
ICMS	(118.809)	(116.051)	(119.505)	(116.504)
PIS	(53.526)	(62.453)	(53.580)	(62.613)
COFINS	(246.545)	(287.663)	(246.791)	(288.400)
	(418.880)	(466.167)	(419.876)	(467.517)
Receita operacional líquida	2.974.032	3.476.986	2.976.971	3.485.784

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2020 foram vendidos 15.769 GWh (15.880 GWh no consolidado) e em 2019 18.996 GWh (19.097 GWh no consolidado). As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da descontração de energia por parte dos clientes no montante de R\$ 207 (R\$ 549 em 2019).

(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	146	9	35.146	223	146	11	35.151	737
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	15.965	19.079	3.133.012	3.675.315	16.075	19.178	3.133.012	3.682.197
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(293.054)	(339.988)	-	-	(293.055)	(340.672)
Subtotal	16.110	19.088	2.875.103	3.335.551	16.221	19.189	2.875.108	3.342.262
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	-	(14)	-	-	370	69
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	-	-	-	-	49	195
Crédito de PIS e COFINS	-	-	-	1	-	-	(39)	(24)
Subtotal	-	-	-	(13)	-	-	380	240
Total			2.875.101	3.335.538			2.875.488	3.342.502

(22) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo de operação		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
			2020	2019	Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	15.204	14.233	-	(239)	19.206	17.882	-	-	34.410	31.876
Material	52	94	5	4	91	123	-	-	148	221
Serviços de terceiros	534	926	6	3	6.867	8.591	-	-	7.407	9.520
Outros	(49)	65	-	-	2.582	3.139	1.555	1.684	4.088	4.888
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	497	570	-	-	497	570
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	1.334	1.419	-	-	1.334	1.419
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(448)	169	-	-	(448)	169
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	868	378	-	-	868	378
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	60	70	60	70
Outros	(49)	65	-	-	331	603	1.495	1.614	1.777	2.282
Total	15.741	15.318	11	(232)	28.746	29.735	1.555	1.684	46.053	46.505
	Consolidado									
	Custo de operação		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
			2020	2019	Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	15.204	14.233	-	(239)	19.206	17.882	-	-	34.410	31.876
Material	51	95	5	4	93	122	-	-	149	221
Serviços de terceiros	534	926	6	3	7.512	9.242	-	-	8.052	10.171
Outros	(48)	65	-	-	2.594	3.170	1.567	1.695	4.113	4.930
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	508	582	-	-	508	582
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	1.334	1.419	-	-	1.334	1.419
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(448)	188	-	-	(448)	188
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	868	378	-	-	868	378
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	61	70	61	70
Outros	(48)	65	-	-	332	603	1.506	1.625	1.790	2.293
Total	15.741	15.319	11	(232)	29.404	30.416	1.567	1.695	46.724	47.198

(23) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	4.371	13.533	4.498	13.672
Acréscimos e multas moratórias	2.557	2.017	2.565	2.047
Atualização de créditos fiscais	461	714	466	719
Atualização de depósitos judiciais	12	24	12	24
Juros sobre contratos de mútuo	115	226	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.199)	(1.567)	(3.231)	(1.581)
Liquidação financeira CCEE	62.834	16.178	63.391	16.318
Outros	-	2.081	-	2.081
Total	67.151	33.206	67.701	33.281
Despesas				
Encargos de dívidas	(25.126)	(43.880)	(25.126)	(43.880)
Atualizações monetárias e cambiais	8.786	(11.020)	8.786	(11.020)
Outros	(7.293)	(1.176)	(7.297)	(1.243)
Total	(23.633)	(56.075)	(23.637)	(56.142)
Resultado financeiro	43.517	(22.869)	44.064	(22.862)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos sendo no montante de R\$ 221.903 em 2020 (R\$ 21.634 em 2019) (nota 26.2).

(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2020, conforme requerido no CPC 05(R1), foi de R\$ 4.449 (R\$ 5.329 em 2019). Este valor é composto por R\$ 3.795 (R\$ 4.460 em de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 133 (R\$ 182 em 2019) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 521 (R\$ 687 em 2019), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	3.082	-	-	-	3.082	-	-
Campos Novos Energia S.A.	1.226	1.014	251	224	13.436	11.657	1.467	1.393
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	798	8.596	-	-	25.465	89.159
Foz do Chapecó Energia S.A.	1.745	1.773	-	-	20.607	20.881	-	-
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	868	378

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	13	-	7	-	-	134	121
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	19	-	3	-	-	-	-	-
CPFL Renováveis	-	125	3	48	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	217	221
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	-	61	46	-	-	15	26
CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	7
Contratos de Mútuos								
CPFL Energia S.A.	-	-	30.044	-	-	-	60	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	-	-	36.557	-	-	-	74	-
State Grid Power Participações S.A.	-	-	384.523	-	-	-	5.832	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	1.315	1.200	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	17.495	-	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	2	3
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	136	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	12	15	-	-	128	1.239
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	2	10	-	-	-	367
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	30	-	-	-	4.916
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	1.729	-	-	-	29.106
CPFL Sul Centr.Elétr.Ltda	-	-	(4.617)	(3.649)	-	-	-	8.378
CPFL BIOENERGIA S/A	2.550	-	1.941	2.397	(749)	(123)	27.729	26.266
Paulista Lajeado Energia S.A.	32	29	-	-	1.868	2.427	-	-
CPFL Bio Ipê Ltda.	-	-	1.585	1.421	-	-	19.770	18.425
CPFL Bio Buriti Ltda.	-	-	4.711	3.168	-	-	50.770	47.316
Campo dos Ventos I	-	-	1.984	1.993	-	-	23.382	22.208
Campo dos Ventos III	-	-	1.847	1.942	-	-	23.039	21.881
Campo dos Ventos V	-	-	1.827	1.907	-	-	22.523	21.391
Chimay Ltda	-	-	5.191	6.012	-	-	55.339	52.901
Mohini Ltda	-	-	(19.534)	(13.675)	-	-	48.295	46.182
Jayaditya Ltda	-	-	(15.726)	(10.288)	-	-	28.457	27.208
SPE Bio Alvorada S.A.	-	-	807	562	-	-	33.328	33.136
SPE Bio Coopcana S.A.	-	-	-	462	-	-	33.437	31.970
Ventos de Santo Dimas SA.	-	-	2.500	1.764	-	-	29.571	28.870
São Benedito Energias S.A	-	-	2.423	1.607	-	-	28.881	26.791
Santa Mônica Energias S.A	-	-	2.257	1.565	-	-	26.795	25.918
Santa Úrsula Energias S.A	-	-	2.395	1.685	-	-	28.570	28.043
Ventos de São Martinho SA	-	-	1.253	840	-	-	14.634	14.087
São Domingos Energias S.A	-	-	1.945	1.403	-	-	23.019	21.552
CPFL Bio Ester Ltda.	-	-	-	2.339	-	-	14.516	13.879
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	45	-	56
CPFL Renováveis	5.749	-	-	3.281	35.177	1.541	3.977	3.281
SPE Solar 1 Energia S.A	-	-	69	59	-	-	425	402
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	1.289	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	2.082	-	-

(25) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	127.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	35.169
Garantia	Seguro Garantia	177.598
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		489.767

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2020		31/12/2020	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	170.956	170.956	174.738	174.738
Derivativos	26	(a)	Nível 2	23.906	23.906	23.906	23.906
				194.862	194.862	198.644	198.644
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	Nível 2	129.324	129.324	129.324	129.324
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	221.770	213.698	221.770	213.698
				351.093	343.022	351.093	343.022

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 1.657 em 2020 (uma perda de R\$ 12.739 em 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo <i>Hedge</i> variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	23.906	-	23.906	22.991	914	US\$ + de 1,83% a 2,31%	105% do CDI e CDI + 0,61%	out/20 a fev/23	107.000
Total	23.906	-	23.906	22.991	914				
Circulante	-	-	-	-	-				
Não Circulante	23.906	-	23.906	22.991	914				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Derivativos				
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	112.314	216.586	(305.908)	22.992
Marcação a mercado (*)	(4.399)	5.313	-	914
Total	107.916	221.899	(305.908)	23.906
Ativo circulante	107.916			-
Ativo não circulante	-			23.905

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 31.12.2020 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 5.313 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 14 e 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Varição de taxas de juros	-	-	-	
Varição cambial	216.585	6.799	-	
Marcação a mercado	5.319	14.835	(2.150)	(1.549)
	221.903	21.634	(2.150)	(1.549)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando

a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros ativos	-		-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	(129.323)		(2.683)	30.319	63.320
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	133.295		2.765	(31.250)	(65.265)
	3.972	baixa dolar	82	(931)	(1.945)
Total	3.972		82	(931)	(1.945)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			-	-	-
Efeitos no resultado do período			82	(931)	(1.945)

(a) A taxa de cambio considerada em 31/12/2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,30 e a depreciação cambial de 2,07%, referente ao dólar em 31/12/2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			Receita (despesa) - R\$ mil				
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	172.741				5.096	6.370	7.644
Instrumentos financeiros passivos	(221.986)				(6.549)	(8.186)	(9.823)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(109.389)				(3.227)	(4.034)	(4.840)
	(158.634)	alta CDI	2,78%	2,95%	(4.680)	(5.850)	(7.019)
Total	(158.634)				(4.680)	(5.850)	(7.019)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					-	-	-
Efeitos no resultado do período					(4.680)	(5.850)	(7.019)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) **Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota explicativa	Consolidado					Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Fornecedores	13	251.245	-	-	131.127	-	382.372
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	-	6.133	6.883	147.585	-	160.601
Debêntures - principal e encargos	15	754	-	2.269	239.277	6.544	248.844
Outros	17	80	(84)	-	-	-	4
Consumidores e concessionárias		80	(84)	-	-	-	4
Total		252.079	6.049	9.152	517.989	6.544	791.813

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(27) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia	até 17 anos	1.206.527	1.986.013	1.763.067	6.741.360	11.696.967
Total		1.206.527	1.986.013	1.763.067	6.741.360	11.696.967

(28) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 26.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

DIRETORIA

**RICARDO MOTOYAMA DE
ALMEIDA**
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

QUAN GE
Diretor

CONTABILIDADE

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO
MENDES**
Coordenador de Serviços
Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Comercialização Brasil S.A.**
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Comercialização Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial

Veja as notas explicativas 1 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém participação societária em uma distribuidora de energia de capital aberto avaliada pelo método de equivalência patrimonial e influência significativa. Essa investida registra estimativa contábil crítica relevante, relacionado ao reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>– Analisamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e</p>

	<p>modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>
--	--

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa

responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas

controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0